



## A PRIMEIRA INFÂNCIA NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E FUNDAMENTOS TRANSDISCIPLINARES

Livia CRESPI<sup>1</sup>

Deisi NORO<sup>2</sup>

Márcia Finimundi NÓBILE<sup>3</sup>

### RESUMO

Este estudo tem como objetivo apresentar um breve panorama sobre o surgimento do conceito de infância e aponta o papel da criança na sociedade ao passar dos anos. Optou-se por fazer uso de fundamentos transdisciplinares do desenvolvimento infantil para conhecer a importância da Primeira Infância, compreender, reconhecer e assegurar direitos das crianças. A pesquisa é qualitativa de cunho bibliográfico e documental, apresentando fundamentos coletados nas áreas da Educação, Psicologia e Neurociências através de autores como Lent (2010), Gazzaniga, Ivry e Mangun (2006), Cosenza e Guerra (2011), Vygotsky (2007), Macedo e Bressan (2016), Souza (2007), Ariès (1981) e Demeterco (2006). Foram analisadas as Leis brasileiras voltadas para a valorização da infância, como o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014 e o Marco Legal pela Primeira Infância, Lei nº 13.257/2016. Os resultados apontam que é durante a Primeira Infância que se forma a base da arquitetura cerebral necessária para o desenvolvimento de habilidades e comportamentos mais complexos posteriores, portanto é de suma importância que estes saberes sejam compartilhados com os profissionais da educação, visando a proteção e valorização desta etapa da vida.

**Palavras-chave:** Primeira infância. Desenvolvimento. Educação.

## EARLY CHILDHOOD IN BRAZIL: HISTORIC FACTS AND TRANSDISCIPLINARY FOUNDATIONS

### ABSTRACT

This study aims to present a brief overview of the emergence of the concept of childhood and points out the role of the child in society over the years. It was decided to make use of transdisciplinary foundations of child development to understand the importance of Early Childhood, besides to verify, recognize and assure children's rights of children. This is a qualitative research with bibliographical and documentary approach, presenting foundations collected in the areas of Education, Psychology and Neurosciences, through authors such as Lent (2010), Gazzaniga, Ivry and Mangun (2006), Cosenza and Guerra (2011), Vygotsky (2007) Macedo and Bressan (2016), Souza (2007), Ariès (1981) and Demeterco (2006). Brazilian Laws aimed at valuation of childhood were analyzed, such as the National Education Plan (Plano Nacional de Educação - PNE), Law 13,005 / 2014 and the Legal Framework for

---

<sup>1</sup> Doutoranda (2018) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Leciona para séries iniciais do Ensino Fundamental no Colégio Santa Rosa de Carlos Barbosa/RS. [saianicrespi@gmail.com](mailto:saianicrespi@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutoranda (2017) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2016). Professora da Rede Pública Municipal de Farrroupilha. [deisinoro@gmail.com](mailto:deisinoro@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutora em Educação em Ciências (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2012). Professora e orientadora colaboradora do Programa de Pós-graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). [marciafnobile@gmail.com](mailto:marciafnobile@gmail.com)

Early Childhood (Marco Legal pela Primeira Infância), Law nº 13.257 / 2016. The results indicate that during Early Childhood the basis of cerebral architecture for the development of more complex later skills and behaviors is formed, therefore it is of the utmost importance that these transdisciplinary foundations are known and shared with education professionals, aiming the protection and appreciation of this stage of life.

**Keywords:** Early childhood. Development. Education.

## 1 INTRODUÇÃO

Pensar em infância na contemporaneidade requer realizar um breve resgate de como a criança tem sido vista no decorrer da História recente da humanidade, isto porque o entendimento que se tem sobre a infância hoje, não é o mesmo que predominou em séculos passados.

A visão de que as crianças são seres sociais de direito, dotadas de potencialidades e particularidades individuais vinculadas à sua faixa etária é um conceito relativamente novo e socialmente construído, que se desenvolveu através da evolução do conceito de unidade familiar na Sociedade Moderna, com os adventos tecnológicos e o avanço das pesquisas científicas e da Medicina que, entre outros fatores, auxiliaram na diminuição da mortalidade infantil.

Tal visão contribui para uma criança rica em potencialidades e competências, ativa e ansiosa para se engajar no mundo da cultura, historicamente constituído. A infância, por sua vez, é entendida não como um acontecimento estático, mergulhado em um vazio social, mas sim como um fenômeno concreto (material e imaterial) e, por isso, mediatizado por temas sociais, políticos e econômicos do mundo contemporâneo. (SOUZA, 2007, p. 131).

Deste modo, não é possível compreender a infância sem realizar um recorte temporal, já que ela é fruto histórico, social, cultural, político e econômico de um determinado período. Como afirma Krammer (2006),

Crianças são sujeitos sociais e históricos, marcadas, portanto, pelas condições das sociedades em que estão inseridas. A criança não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em que deixar de ser crianças). Reconhecemos que é específico da infância: seu poder da imaginação, a fantasia, a criação, a brincadeira, entendida como experiência de cultura. Crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, que produzem cultura e nela são produzidas. Esse modo de ver as crianças favorece entendê-las e também ver o mundo a partir do seu ponto de vista. A infância, mais que estágio, é categoria histórica: existe história humana porque o homem tem infância. (KRAMER, 2006, p. 15).

A infância, portanto, condiciona-se a uma historicidade específica, não se tratando simplesmente de um estágio cronológico na vida do ser humano. Deste modo torna-se essencial compreender a construção e evolução histórica e social deste conceito para que possamos

reconhecer o valor e a importância da infância para o desenvolvimento humano e para a sociedade como um todo.

O presente artigo objetiva, primeiramente, apresentar um breve panorama sobre a construção histórico-social do conceito de infância, a fim de compreender as mudanças acerca do entendimento sobre a criança e a infância na sociedade com o passar do tempo.

Em seguida, o artigo apresenta argumentos em defesa da valorização da Primeira Infância no Brasil, período entre zero e seis anos de idade, buscando fundamentações legais que versam sobre a garantia dos direitos das crianças nesta faixa etária, estabelecendo um diálogo com as referências bibliográficas que preconizam a importância deste período para o desenvolvimento adequado do ser humano.

Por fim, com base em pesquisas das áreas de Neurociências, Psicologia Cognitiva, o estudo busca descrever as particularidades do desenvolvimento na Primeira Infância, abordando questões neurobiológicas, psicológicas e educativas pertinentes a esta etapa da vida.

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa embasada em fundamentos teóricos coletados através de revisão bibliográfica em autores das áreas de Neurociências, Psicologia e Educação, como Lent (2010), Gazzaniga, Ivry e Mangun (2006), Cosenza e Guerra (2011), Vygotsky (2007), Macedo e Bressan (2016), Souza (2007), Ariès (1981), Demeterco (2006) e Kramer (2006). Esta pesquisa também faz análise de documentos essenciais para a compreensão das políticas públicas voltadas ao amparo e valorização da infância, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996; o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014; e o Marco Legal pela Primeira Infância, Lei nº 13.257/2016.

## **2 CONCEITO DE INFÂNCIA E ATENDIMENTO ESCOLAR NO BRASIL ATRAVÉS DO TEMPO**

O entendimento sobre a figura da criança e seu período específico de vida, a infância, resulta das alterações sociais e psicológicas ocorridas na sociedade e na família após o final do século XVII. No contexto social deste período, observou-se a Revolução Industrial findar com o Feudalismo e valorizar a acumulação de capitais, levando os jovens e adultos às indústrias e as crianças às instituições escolares. Tais mudanças marcaram o surgimento da Sociedade Moderna e, conseqüentemente, as alterações na organização familiar e na concepção sobre a infância.

Demeterco (2006) esclarece que a infância se trata de uma representação que os adultos fazem sobre os primeiros anos da vida do ser humano, estando condicionada, portanto, a uma determinada época e seu respectivo contexto sociocultural. Deste modo, o entendimento sobre a figura da criança deriva de uma construção social e histórica na qual os adultos passam a dar-lhe mais importância e cuidados específicos.

Para o historiador francês Philippe Ariès (1981), as condições para que a infância fosse inventada começaram a acontecer no final da Idade Média na Europa, já que antes deste período as crianças eram tratadas como indivíduos que se encontravam numa fase de transição entre bebês e pequenos adultos, ou seja, não havia uma clara distinção entre ambos, nem quanto suas necessidades nem quanto suas particularidades psicossociais e fisiológicas.

As crianças compartilhavam espaços com adultos sem restrições, suas aprendizagens se davam essencialmente através da observação e da interação com os mais velhos. Não havia um olhar diferenciado para as crianças, nem um sentimento intrínseco de cuidado e afeto, elas eram expostas sem pudor ao universo, aos jogos e aos ofícios dos adultos.

Entre os séculos XVI e XVIII, com o advento da industrialização, muitas famílias que trabalhavam em indústrias e minas de extração de minérios submetiam suas crianças pequenas a situações análogas ao abandono, sem contar ainda com aqueles meninos e meninas que, já um pouco maiores, se viam obrigados a trabalhar nesses mesmos locais para auxiliar os pais no sustento doméstico.

Neste período, as instituições voltadas para o atendimento infantil passaram a receber as crianças pequenas de famílias de trabalhadores, dedicando-lhes um mínimo de cuidado e alimentação. Destaca-se que estas instituições se caracterizavam mais por sua natureza assistencialista dirigida aos pobres do que um centro educativo e cultural.

Ariès (1981) pontua que este é um marco importante na história da infância, já que pela primeira vez saiu do anonimato e passou a ser vista como uma etapa cronológica relevante na vida do ser humano.

A partir de então, a educação das crianças deixou de acontecer apenas através de uma rede de convívio com adultos e foi transferida para as instituições escolares. Em uma sociedade dividida entre classe dominante e classe dominada, a educação escolar perpetuava as diferenças sociais. Para os filhos da elite burguesa, as instituições escolares particulares caracterizavam-se pela educação formal, enquanto outro formato de instituição escolar popular voltado para as crianças das camadas sociais menos abastadas voltava-se para a disciplina e o preparo para o mercado de trabalho.

Assim, a escola substituiu a aprendizagem familiar como meio de educação e formação do sujeito, ou seja, a criança foi afastada do convívio exclusivo com os adultos, sendo realocada para espaços escolares onde seria educada e moralizada juntamente aos seus pares através da instrução docente (ARIÈS, 1981).

No Brasil, a educação formal de crianças em ambientes escolares teve início com as campanhas jesuíticas a partir de 1550, sendo fortemente marcada pelo elitismo e pela condução religiosa. A oferta escolar jesuítica pautava-se no ensino da retórica, da gramática da língua portuguesa, do latim, do grego e das humanidades, além de estudos mais avançados em matemática, física e filosofia (ARANHA, 1996).

Após a vinda da família real portuguesa para o Brasil no século XIX, o sistema escolar regido até então pelas companhias jesuíticas sofreu grande alteração, sendo que a partir de então, a coroa portuguesa passou a nomear professores e estabelecer planos de estudo e inspeção, além de implantar o sistema de aulas régias de disciplinas isoladas (ARANHA, 1996).

No século XX, as instituições escolares, em especial as creches, eram essencialmente assistencialistas, proporcionando atendimento a filhas e filhos de operárias que, na impossibilidade de cuidar de seus filhos em seu horário de trabalho, eram compelidas a recorrer às instituições filantrópicas enquanto encontravam-se nas fábricas, já que a educação pública e gratuita nesse período não era vista como um direito para as crianças pequenas. Souza (2007, p. 16) considera que as creches assistencialistas “não eram vistas como um direito do trabalhador e de seus filhos. Estas creches eram reconhecidas, na época, como um mal necessário, visto que a sociedade burguesa atribuía à mãe a educação e os cuidados à criança pequena”.

Os anos seguintes trouxeram significativas reformas ao ensino brasileiro, cabendo destacar a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, que defendia a educação pública de qualidade, gratuita e laica para todos os brasileiros, buscando oferecer um ambiente escolar não-excludente e não-elitista, capaz de disseminar o conhecimento e prover formação de qualidade às crianças brasileiras.

Nos dias atuais, as crianças são vistas como sujeitos de direito, sendo destinadas a elas políticas públicas específicas que visam promover, por exemplo, o acesso à saúde, à alimentação, à moradia, ao brincar e à educação.

Em termos de legislações de proteção à infância, o Brasil tem promovido aprimoramentos nos últimos anos. Desde a Constituição Federal (CF) de 1988, o direito ao atendimento escolar em creche e pré-escola passou a ser assegurado para as crianças de zero

aos seis anos de idade, em especial nos termos do artigo 208, na seção que pactua a educação como direito de todos.

Adiante, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996, determinou em seu artigo 29 que a Educação Infantil (EI) constituir-se-ia como a primeira etapa da educação básica nacional, devendo ser organizada em creche e pré-escola.

Em 2013, com a promulgação da Lei nº 12.796, determinou-se que a EI passaria a atender crianças de zero aos cinco anos de idade, sendo em etapa creche para as crianças de zero aos três anos e em pré-escola dos quatro aos cinco anos, alterando assim, a redação dos artigos 29 e 30 da LDBEN, que estabelecia previamente a oferta de EI para as crianças até os seis anos de idade.

Outro importante passo para a valorização e garantia dos direitos das crianças, foi a promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, que estabeleceu em sua Meta 1, entre outras questões, a universalização da EI na pré-escola até o ano de 2016 para as crianças de quatro a cinco anos de idade, além de atender em creches no mínimo cinquenta por cento das crianças até os 3 anos até o término da vigência do mesmo.

De acordo com a Unesco (2005), a expansão e o aprimoramento da educação e cuidado na Primeira Infância constituem uma das seis metas fixadas no Marco de Dacar durante o Fórum Mundial de Educação para Todos no ano 2000.

Os compromissos firmados no Marco de Dacar foram assumidos por 189 países, incluindo o Brasil que, apesar de ainda ter um longo caminho a percorrer a fim de efetivar as políticas públicas voltadas para a proteção e valorização desta etapa de vida, vem buscando paulatinamente a criação de diretrizes e instrumentos legais para diagnóstico, monitoramento, avaliação e efetivação das mesmas.

Um exemplo disso é o Marco Legal da Primeira Infância que, sancionado através da Lei nº 13.257/2016, busca estabelecer princípios e diretrizes para políticas públicas voltadas à primeira infância ao apresentar ações afirmativas em torno da oferta de educação de qualidade para as crianças de zero aos seis anos de idade, destacando o impacto desta faixa etária para o desenvolvimento e constituição do ser humano.

O Marco Legal da Primeira Infância se destaca como uma política pública de proteção, valorização e investimentos em áreas prioritárias voltadas às crianças de zero aos seis anos de idade, visando não apenas o desenvolvimento daquelas que se encontram nessa faixa etária, mas também a diminuição das lacunas socioeconômicas entre a baixa e alta renda familiar, promovendo maior justiça e equidade social, isso porque, de acordo com o Plano Nacional pela Primeira Infância (2010) elaborado pela Rede Nacional Primeira Infância (RNPI),

No Brasil, há 20 milhões de crianças de até seis anos de idade, sendo 10,9 milhões do nascimento aos três anos e 9,1 milhões dos quatro aos seis anos. Dessas, tão somente 17,1% estão tendo oportunidade de acesso a algum tipo de atendimento educacional em creches (0 a 3 anos) e cerca de 77,6% na faixa de 4 a 6 anos (pré-escola). Considerando que nos ambientes de miséria – que afeta cerca de 15% da população brasileira – e de pobreza, que atinge a 27% de pessoas – a proporção de crianças pequenas é maior do que nos ambientes socioeconômicos mais aquinhoados, e que, inversamente, é aqueles ambientes que o atendimento é mais precário, que as crianças têm menos chance de frequentar uma creche e uma pré-escola, a exclusão no início da vida está causando uma sequência de exclusões que vão se agravando e consolidando ao longo dela. (RNPI, 2010, p. 46).

Percebe-se, portanto, que os investimentos públicos brasileiros destinados à Primeira Infância, visam alcançar resultados que poderão ecoar na vida das crianças e na própria sociedade por muito tempo, uma vez que,

Intervir nessa primeira etapa, com um programa de educação infantil de qualidade, é uma estratégia inteligente e eficaz, como atestam pesquisas recentes, pois garante uma vida mais plena para toda criança de qualquer ambiente socioeconômico, possibilitando que as crianças vivam uma infância mais feliz, sedimenta a base do desenvolvimento pessoal posterior, assegura maior resultado na educação escolar, traduzido em melhor aprendizagem no ensino fundamental e médio, aumenta ganhos financeiros futuros e reduz gastos posteriores em programas sociais. (RNPI, 2010, p. 47).

Fatores como qualidade de vida, afeto, ambiente seguro e estimulante, alimentação adequada, acesso à saúde, educação e demais cuidados destinados à criança entre seu nascimento aos seis anos de idade são fundamentais para seu desenvolvimento integral, sendo que diversos estudos transdisciplinares apontam para a urgência de valorizar essa fase da vida, já que neste período é que se desenvolvem as estruturas e circuitos cerebrais que servirão de base para o aprimoramento de funções cognitivas e habilidades complexas posteriores (NCPI, 2014).

### **3 PANORAMA TRANSDISCIPLINAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO NA INFÂNCIA**

O desenvolvimento humano fundamenta-se essencialmente através de dois processos interdependentes e dialógicos: o aspecto biológico e o aspecto psicológico/sociológico. O primeiro diz respeito a um processo interno ao sujeito e que decorre de fatores genéticos e da maturação cerebral, estando atrelado a mudanças na própria constituição cerebral do sujeito para que pequenas evoluções cognitivas e psíquicas abram caminho para as evoluções mais complexas.

O segundo processo condiciona-se à interação entre as bases cognitivas internas do sujeito e o meio externo em que este se encontra, pois decorre da interação entre sujeito, vínculos afetivos, meio e experiências para que aprenda e se desenvolva.

Compreender o desenvolvimento na infância requer, portanto, que sejam abordadas diferentes perspectivas sobre essa etapa da vida humana, levando em consideração os aspectos biológicos, fisiológicos, emocionais e comportamentais condicionados à faixa etária em questão. Para tanto, abordaremos sucintamente como fundamentos de áreas como a Psicologia Cognitiva e as Neurociências caracterizam o desenvolvimento infantil, em especial durante a Primeira Infância.

A Psicologia Cognitiva, enquanto área de pesquisa científica dedicada ao estudo dos processos mentais que fundamentam o comportamento humano encontra respaldos no seu maior representante, o biólogo e psicólogo Jean Piaget (1896-1980), que defendia que o desenvolvimento e aprendizado se davam através de um processo contínuo de interiorização de experiências, saberes, comportamentos e cultura prevalentes na sociedade na qual o sujeito se insere.

A teoria piagetiana do desenvolvimento se condiciona a aspectos internos e externos ao sujeito. Os aspectos internos seriam aqueles determinados por fatores genéticos e os aspectos externos relacionados ao contexto familiar, escolar, social e cultural, triangulando a aprendizagem à relação entre o sujeito, objeto de conhecimento e o meio. Macedo e Bressan (2016) esclarecem que,

O cérebro é desenvolvido numa interação entre a nossa herança genética, que produz um órgão, e a interação desse órgão com o ambiente vai determinar como o cérebro vai ser em termos estruturais assim como funcional, ou seja, as habilidades cognitivas e emocionais. (MACEDO; BRESSAN, 2016, p. 16).

Piaget (1999) desenvolveu uma teoria psicogenética sobre o desenvolvimento humano, na qual é possível identificar quatro estágios do desenvolvimento infantil que se correspondem às estruturas cognitivas primárias e sobre como a criança consegue interagir com a realidade que a cerca. Resumidamente, os estágios se classificam em: sensório-motor (entre 0 a 2 anos), pré-operacional (entre 3 e 7 anos), operacional-concreto (entre 8 e 11 anos) e operacional formal (entre 12 e 15 anos).

Ressalta-se que estes estágios não devem ser tidos como regra estática de desenvolvimento, mas como um parâmetro de referência comum para cada faixa etária. Estes se caracterizam como uma determinada organização mental que possibilita interações diferenciadas com o meio e com as experiências vivenciadas. Ou seja, durante o



desenvolvimento infantil, o cérebro que se molda conforme interage socialmente, também cria diferentes redes neurais e conexões cerebrais que possibilitam novos aprendizados (MACEDO; BRESSAN, 2016).

Contemporâneo ao pensamento piagetiano sobre o desenvolvimento na infância destacam-se as contribuições do psicólogo russo Lev Vygotsky (1896-1934). Vygotsky (2007) propunha em seus estudos que é através da interação entre a cultura, o meio social e o âmbito psicológico do sujeito que se constrói a significação das funções psicológicas, ou as chamadas funções mentais superiores como a atenção voluntária, a percepção, a memória, a linguagem e o pensamento.

No entendimento de Vygotsky (2007), o desenvolvimento infantil ocorre através de um processo de interação dialógica entre a criança, seu meio e suas relações, através do qual a criança vive experiências cotidianas que a auxiliam a internalizar conhecimentos socialmente construídos, reestruturar comportamentos, além de construir a sua própria consciência e noção de mundo.

O pressuposto de Vygotsky de que a evolução dos processos mentais se dá em decorrência do impacto das experiências vivenciadas e dos estímulos recebidos no meio em que transita desde a mais tenra idade, indica a importância da atenção aos ambientes sociais em que ela se encontra, já que para o autor o alicerce da sua formação cognitiva se constitui justamente através destas interações sociais.

Outro campo de investigação que tem apresentado significativas contribuições para o entendimento que temos sobre o desenvolvimento neurobiológico durante os seis primeiros anos de vida dos seres humanos são as pesquisas vinculadas às Neurociências.

Gazzaniga, Ivry e Mangun (2006) esclarecem que as Neurociências são um conjunto de pesquisas científicas relacionadas ao estudo do Sistema Nervoso (SN) humano, categorizadas por distintas, embora complementares, dimensões de investigação, como a Neurociência Molecular, a Neurociência Celular, a Neurociência Sistêmica, a Neurociência Comportamental e a Neurociência Cognitiva.

O campo da Neurociência Cognitiva é o que apresenta maior potencial de nos auxiliar na compreensão do desenvolvimento cerebral em termos de cognição e aprendizado (GAZZANIGA, IVRY, MANGUN, 2006), uma vez que investigações nesta área têm demonstrado o valor do cuidado materno em relação ao infante, ainda que mesmo no ventre, destacando também a importância da nutrição adequada, do sono, das experiências, do afeto, da interação social e da estimulação precoce para um desenvolvimento saudável da criança após seu nascimento.

Em um estudo realizado em 2014 pelo Núcleo Ciências pela Infância (NCPI), uma organização colaborativa multidisciplinar que objetiva levar o conhecimento científico sobre o desenvolvimento na Primeira Infância para o público em geral, vemos que o desenvolvimento humano está diretamente atrelado à capacidade do cérebro de modificar-se mediante estímulos e experiências, uma vez que:

Os processos de desenvolvimento e aprendizagem infantil ocorrem continuamente nas relações que a criança estabelece desde seu nascimento, iniciando com seus pais e, depois, com cuidadores e professores, profissionais de saúde, outras crianças e indivíduos da comunidade na qual está crescendo. Isto é, as crianças experienciam e aprendem no mundo através dos relacionamentos socioafetivos, e estes, por sua vez, influenciam todos os aspectos do desenvolvimento infantil. Além disso, ela também se beneficia de suas próprias ações em relação às pessoas com que convive e aos objetos que utiliza em seu cotidiano e nas brincadeiras. (NCPI, 2014, p. 6).

Portanto, é possível afirmar que, além de herdar dos progenitores as cargas genéticas que determinam diversas de características individuais, uma substancial parcela do que somos e de como ocorre nosso desenvolvimento cerebral desde o período intrauterino vincula-se, também, aos estímulos, experiências, afeto e cuidados recebidos nos seis primeiros anos de vida.

Um importante fator que indica a necessidade de promover ações afirmativas em torno do desenvolvimento adequado na Primeira Infância é a neuroplasticidade, ou a capacidade do cérebro de modificar sua estrutura e funcionamento. Essa capacidade que permeia a vida humana, embora diminua consideravelmente com a idade, já que a maturação cerebral permite que o cérebro se especialize em funções mais complexas, decai gradualmente a capacidade de adaptar-se às novidades.

A neuroplasticidade demonstra como o SN é plástico e maleável, já que a “capacidade de formação de novas sinapses é muito grande, o que é explicável pelo longo período de maturação do cérebro, que se estende até os anos da adolescência” (COSENZA; GUERRA, 2011, p. 35).

A maturação cerebral na Primeira Infância promovida pela neuroplasticidade apresenta grande impacto na especialização funções cognitivas mais elaboradas, e como pontua Souza (2007),

Na idade pré-escolar, a maturação de zonas corticais integrativas e associativas, cria a base orgânica indispensável para a reunião de ações separadas em sistemas integrais e nas atividades produtivas e de jogo, bem como para o domínio de complexos conhecimentos e habilidades novas. (SOUZA, 2007, p. 62).

Desde o desenvolvimento embrionário e fetal aos primeiros anos de vida, o cérebro é mais flexível, ou seja, molda-se com mais facilidade para adaptar-se ao meio e/ou regenerar-se em caso de doenças ou lesões, sendo que, para Lent (2010),

Durante o desenvolvimento ontogenético, o sistema nervoso é mais plástico, e isso é de se esperar, uma vez que o desenvolvimento é justamente a fase da vida do indivíduo em que tudo se constrói, tudo se molda de acordo com as informações do genoma e as influências do ambiente. Mesmo durante o desenvolvimento, há uma fase de grande plasticidade denominada período crítico, na qual o sistema nervoso do indivíduo é mais suscetível a transformações provocadas pelo ambiente externo. (LENT, 2010, p. 149).

Ademais, como Lent (2010) esclarece, durante estes períodos críticos “a influência do ambiente é determinante para o estabelecimento das características fisiológicas e psicológicas do indivíduo” (LENT, 2010, p. 160).

As pesquisas neurocientíficas apontam que estes períodos críticos de desenvolvimento e aprendizagem ocorrem com maior intensidade entre a concepção e os seis anos de idade do indivíduo, ou seja, concentram-se em grande parte na Primeira Infância, indicando como a modificação da arquitetura cerebral nos primeiros anos de vida é muito mais fácil de alcançar através de experiências e intervenções oferecidas no ambiente em que a criança se encontra, do que nas demais fases da vida.

Esta afirmação é ratificada por Cosenza e Guerra (2011), que consideram as experiências e os estímulos ambientais essenciais para a aprendizagem e o desenvolvimento humano, uma vez que,

A interação com o ambiente é importante porque ela que confirmará ou induzirá a formação de conexões nervosas, e portanto, a aprendizagem ou o aparecimento de novos comportamentos que delas decorrem. Em sua imensa maioria, nossos comportamentos são aprendidos, e não programados pela natureza. (COSENZA; GUERRA, 2011, p. 34).

Neste sentido, a oferta de um ambiente estimulante e saudável, além das demais condições favoráveis ao desenvolvimento infantil é mais eficaz e menos custoso do que as tentativas tardias de remediar adversidades precoces, já que a plasticidade cerebral permite que “cada conteúdo aprendido em uma etapa da vida sirva de base para o aprendizado na etapa seguinte” (NCPI, 2014, p. 7).

Gazzaniga, Ivry e Mangun (2006) consideram que é na Primeira Infância que se formam as bases para as funções cerebrais superiores, como a linguagem, a memória, a o raciocínio lógico, a discriminação auditiva, a percepção visual e espacial, entre outras, sendo que os aprendizados alcançados nessa fase da vida fundamentam o processo integral de

desenvolvimento humano, que englobam as especificidades do funcionamento do sistema nervoso, às dimensões emocionais, sociais, sensorio-motoras e cognitivas do ser.

Araujo (2011) complementa este entendimento sobre a importância da Primeira Infância para a aprendizagem e o desenvolvimento humano ao afirmar que diversas pesquisas conduzidas nos campos das Neurociências esclarecem que o desenvolvimento da estrutura cerebral, tanto em relação ao volume quanto à maturação cerebral e a sinaptogênese, é mais acentuado nos primeiros anos de vida, sendo este, portanto, um período sensível para o desenvolvimento de habilidades e funções cognitivas mais complexas envolvidas no processo de aprendizagem.

Funções cognitivas mais especializadas como atenção, memória, planejamento, raciocínio e juízo crítico começam a se desenvolver na primeira infância por meio de habilidades como controle de impulsos, a capacidade de redirecionar atenção e de lembrar de regras. Os circuitos cerebrais responsáveis por tais funções serão refinados durante adolescência até a maioridade, mas as conexões fundamentais começam a se estabelecer nos primeiros anos de vida. (NCPI, 2014, p. 5).

Salvas as diferenças individuais, espera-se que em períodos específicos da Primeira Infância, determinados marcos sejam alcançados, seguindo um padrão cronológico de desenvolvimento. Como exemplificam Cosenza e Guerra (2011), as crianças tendem a caminhar sem auxílio entre os 12 e 15 meses de vida, aprendem a controlar seus esfíncteres entre 21 meses e 4 anos de idade e começam a falar por volta dos 18 meses, sendo que estas habilidades que se iniciam nas referidas fases continuam a se desenvolver nos anos seguintes.

Os marcos de desenvolvimento que possibilitam o paulatino domínio de habilidades especializadas durante a Primeira Infância são consolidados através da maturação do SN que, de acordo com Cosenza e Guerra (2011, p. 34), “são cumpridos regularmente pelo amadurecimento progressivo das conexões que se fazem entre neurônios e também pela mielinização das fibras nervosas envolvidas na sua execução”.

Observa-se, assim, que a Primeira Infância é de fato o período em que os alicerces das competências e habilidades emocionais e cognitivas do ser humano se estabelecem, durante o qual o desenvolvimento cerebral de áreas associadas às emoções, aos contatos interpessoais, aos padrões de funcionamento, ao caráter, a personalidade e a aprendizagem passa por uma intensa maturação e aperfeiçoamento.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de infância nos dias atuais difere do que se entendia por criança nos séculos anteriores. Estudos e pesquisas atuais mostram que a estipulação da infância como um período específico na vida do ser humano trouxe significativas mudanças para o tratamento voltado às crianças, ao passo que foi iniciado um afastamento destas do mundo dos adultos, buscando preservá-la e educá-la de acordo com a cultura e condições sociais e históricas de cada período.

No Brasil, a educação escolar há pouco tempo passou a ser considerada como um direito das crianças, tendo sido garantida, entre outros direitos relacionados à infância, através da CF de 88 e dos demais documentos legais que a sucederam. Ademais, a preocupação com o desenvolvimento adequado na Primeira Infância tem recebido maior destaque nos últimos anos e chama atenção para a necessidade de articulação e mobilização em torno da temática.

Um ponto importante que se destaca é que as diferentes abordagens sobre o desenvolvimento infantil apresentados neste estudo transdisciplinar convergem para o entendimento de que os anos iniciais do indivíduo são essenciais para seu desenvolvimento físico, psíquico e cognitivo. Neste período da vida ocorre o estabelecimento da arquitetura cerebral básica e de seu funcionamento, sendo que a maturação cerebral que se dá entre o nascimento e os seis anos de idade fundamenta os estágios posteriores da vida humana.

Percebe-se que o desenvolvimento humano não ocorre aleatoriamente, nem de maneira igual para todos os sujeitos. Pode-se afirmar que, embora siga um padrão cronológico, o desenvolvimento é um processo dinâmico e flexível, atrelado a uma série de fatores como herança genética, condições biológicas, estímulos sensoriais, experiências, meio, emoção, relacionamentos afetuosos com familiares, cuidadores e educadores, saúde física e mental, alimentação adequada, e sono.

Os autores referenciados no estudo convergem para o entendimento de que quanto melhor forem as condições de desenvolvimento durante a Primeira Infância, maiores serão as chances das crianças alcançarem seu potencial quando adultas, já que o meio em que elas se encontram inseridas, as experiências que vivencia e os relacionamentos que mantém tendem a influenciar o desenvolvimento de seus processos neurobiológicos, psicológicos, físicos e sociais como o amadurecimento cerebral, a aquisição da fala, o controle sobre os movimentos corporais, o desenvolvimento da coordenação motora, o aprendizado, a memória e interação social e afetiva.

A Primeira Infância é um período rico em desenvolvimento e potencialidades, mas ao mesmo tempo, é uma etapa vulnerável, que clama cuidados e investimentos.

Desta forma, fica evidente a importância de políticas públicas afirmativas voltadas para defesa e garantia dos direitos relativos a esta faixa etária, além de ações práticas que auxiliem na orientação aos pais e cuidadores das crianças sobre as particularidades e necessidades a serem observadas e atendidas.

Ademais, que os postulados do Plano Nacional pela Primeira Infância de 2010 sejam colocados em prática em todo o Brasil, garantindo que as crianças sejam atendidas, na etapa creche e na etapa Pré-Escola, por profissionais da educação que compreendam os fundamentos essenciais do desenvolvimento infantil e que tenham real ciência do impacto de sua ação pedagógica no desenvolvimento destes indivíduos.

Nesse sentido, como o próprio PNE (2014) postula na estratégia 1.8 da Meta 1, a formação docente continuada para os professores da EI apresenta-se como um caminho promissor no aperfeiçoamento profissional e na disseminação dos saberes transdisciplinares abordados nesta pesquisa, uma vez que fomenta debates e esclarecimentos sobre a importância da Primeira Infância, além de favorecer práticas pedagógicas específicas voltadas ao desenvolvimento das crianças nesta etapa inicial da Educação Básica brasileira.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1981.

ARAUJO, Aloísio Pessoa de (Org.). **Aprendizagem Infantil: uma abordagem da Neurociência, Economia e Psicologia Cognitiva**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 10 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Plano Nacional de Educação 2014-2024. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 05 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016.** Marco Legal pela Primeira Infância. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/ lei/l13257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm)>. Acesso em: 02 fev. 2017.

COSENZA, Ramon; GUERRA, Leonor. **Neurociência e Educação: como o cérebro aprende.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

DEMETERCO, Solange Menezes da Silva. **Sociologia da Educação.** Curitiba: IESDE Brasil, 2006.

GAZZANIGA, Michael; IVRY, Richard; MANGUN, George. **Neurociência Cognitiva: a biologia da mente.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

KRAMER, Sônia. A infância e sua singularidade. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (Orgs). Ministério da Educação. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade.** Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

LENT, Roberto. **Cem bilhões de neurônios? Conceitos fundamentais da Neurociência.** 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.

MACEDO, Lino de; BRESSAN, Rodrigo A. **Desafios da aprendizagem: como as neurociências podem ajudar pais e professores.** Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2016.

NCPI. Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Primeira Infância. **Estudo nº I: O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem.** 2014. Disponível em: <[www.ncpi.org.br](http://www.ncpi.org.br)>. Acesso em: 02 fev. 2017.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia.** 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

RNPI. Rede Nacional Primeira Infância. **Plano Nacional pela Primeira Infância.** Brasília, 2010. Disponível em: <<http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/01/PNPI-Completo.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

SOUZA, Maria Cecília Braz Ribeiro de. **A concepção de criança para o enfoque histórico-cultural.** 2007. 165 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília/SP.

UNESCO. **Notas sobre Políticas para a Primeira Infância.** Brasília: UNESCO, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.

Recebido em: 21 de janeiro de 2018

Aceito em: 21 de março de 2018